

Projeto acolhe vítimas de violência doméstica

Entre as ações do Amparar, coordenado pelo MPDFT, está a garantia de direitos e de acolhimento humanizado a mulheres que sofreram tentativa de feminicídio. Desde setembro de 2025, 62 pessoas estão sendo acompanhadas



» LETÍCIA MOUHAMAD

No Gama, a rotina de Suzana (nome fictício), 33 anos, se divide entre o cuidado com a mãe acamada e as horas dedicadas aos estudos para concursos públicos. Em Vicente Pires, Jéssica Cytrus, 36, desdobra seu tempo entre a carreira de empresária e a liderança de grupos de mulheres em pedaladas pelo Distrito Federal. Em Águas Claras, a doméstica Luiza, 51, traz na memória os fins de semana em que cruzava a cidade para curtir apresentações de bandas de rock entre amigos. Embora venham de contextos diferentes, as três compartilham a experiência de terem sobrevivido a tentativas de feminicídio. Hoje integram o Projeto Amparar, iniciativa do Núcleo de Atenção às Vítimas (Nuav) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Criado para estruturar o atendimento após a ocorrência do crime, o Projeto Amparar atua na garantia de direitos e no acolhimento humanizado. A iniciativa oferece assistência multidisciplinar, psicossocial e jurídica tanto para vítimas diretas, como as sobreviventes do feminicídio, quanto para familiares de vítimas de crimes com resultado morte. Entre setembro de 2025 e maio de 2026, o Amparar acompanhou 62 mulheres que sofreram tentativas de feminicídio, com orientação jurídica, suporte emocional, elaboração do Plano de Atenção à Vítima (PAV) e encaminhamentos para a rede pública de saúde e assistência social.

No primeiro semestre de 2026, o DF registrou 44 ocorrências confirmadas de feminicídio tentado, 10 a menos que no mesmo período do ano passado, mas os números continuam alarmantes. Dados da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios (CTMHF), da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), indicam que a média de idade das vítimas é de 34 anos e a maioria das mulheres atingidas é parda (78%). As agressões partem majoritariamente de homens com quem mantinham relação íntima de afeto (82%), em especial maridos ou companheiros (41%), e 75% dos ataques ocorrem dentro da residência.

A coordenadora do Nuav, a promotora de Justiça Thaís Tarquinio Oliveira destaca que o projeto busca alterar a forma como o sistema de Justiça recebe essas mulheres. “A vítima precisa lidar com o impacto psíquico do crime e com a falta de informação sobre o andamento do processo. O Amparar atua para que ela receba orientação em cada etapa”, afirma. Ela explica que o trabalho utiliza o sistema multiportas. “Mantemos cooperação com o IML (Instituto Médico Legal), onde a equipe oferece o formulário de atendimento durante o exame de corpo de delito, alcançando a mulher antes mesmo do depoimento na delegacia”, explica Thaís.

“Estado de alerta”

Às 11h, a enfermeira intensivista Suzana* atendeu à ligação da reportagem para contar sobre sua experiência no Amparar. A agressão que culminou na tentativa de feminicídio ocorreu após episódios de violência durante o relacionamento de quase uma década. “Sofri ‘mata-leões’ diversas vezes, mas me mantive presa

Plano de atenção a elas

Confira os eixos prioritários no atendimento às vítimas de tentativa de feminicídio pelo projeto Amparar



Segurança e gestão de risco



Saúde física e reabilitação



Saúde mental e apoio psicossocial



Vulnerabilidade socioeconômica e autonomia



Rede de apoio familiar e comunitária



Direitos, informação e acompanhamento processual

62 vítimas de feminicídio tentado

acompanhadas entre setembro de 2025 a maio de 2026



Ed Alves/CB/D.A Press



Jéssica Cytrus: “Somos mais corajosas do que podemos imaginar”

à esperança de que ele fosse mudar. A dependência emocional e a vergonha em compartilhar essa situação dificultam a decisão de sair daquele ciclo. Precisei ver a morte de perto para tomar a atitude de denunciar”, relata. Hoje, o agressor está preso pelo crime cometido e aguarda o julgamento.

O extremo da violência contra ela ocorreu em 21 de dezembro do ano passado. Dias após a agressão, a equipe do Amparar entrou em contato com a Suzana. Pelo projeto, ela recebeu acompanhamento psicológico por seis meses, suporte jurídico e encaminhamentos para consultas médicas na rede pública. Com a gravidade da violência, sofreu um estreitamento esofágico, demandando tratamento.

“Eles fizeram o contato inicial, escutaram o relato e garantiram que eu não precisaria ter contato com o agressor ou com a família dele durante o processo. Esse suporte emocional ajudou a reduzir os impactos do trauma”, relata. Foi também por meio do auxílio do Amparar que a mãe da enfermeira, pessoa idosa e com limitações físicas, não foi obrigada a ir pessoalmente prestar depoimento como testemunha.

Professora da Universidade de Brasília (UnB) e doutora em psicologia, Miriam Pondaag ressalta que o impacto psíquico da violência contínua compromete a capacidade da mulher de vislumbrar alternativas. “A dependência feminina gera violência, e esta gera dependência. O impacto na saúde mental faz com que as mulheres duvidem de suas próprias percepções e continuem nessa tentativa de sobrevivência, muitas vezes sem conseguir se organizar para elaborar um novo projeto de vida”, explica.

Impacto do trauma

Além das questões emocionais, os desdobramentos do crime trazem impactos financeiros. A promotora Thaís Tarquinio aponta que as sequelas físicas e o impacto mental afetam a vida profissional das vítimas. “Muitas precisam interromper o trabalho ou arcar com custos de tratamentos, cirurgias e fisioterapia. O Amparar encaminha os casos para órgãos como Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Cras (Centro de Referência de Assistência Social) e postos de

saúde para assegurar a continuidade do atendimento”, explica a coordenadora do projeto.

A reestruturação da rotina após o rompimento exige enfrentamentos práticos e materiais que tornam a transição complexa. “A decisão de separação é seguida por uma etapa difícil de reorganização financeira, mudança de endereço e, muitas vezes, queda no padrão de vida. Sustentar a ruptura sem suporte torna-se uma barreira real, fazendo com que algumas pensem em retornar ao ciclo por não verem como arcar com o básico para si e para os filhos”, avalia Miriam Pondaag.

A violência enfrentada por Jéssica Cytrus estendeu-se por seis meses após o término do relacionamento, com descumprimentos de medidas protetivas e perseguições no ambiente de trabalho e na academia. Em novembro de 2024, o ataque envolveu agressões físicas e o uso de um objeto perfurante. “Consegui reagir, peguei meu filho no colo e pedi ajuda na rua”, conta Jéssica, que mostrou ao **Correio** os registros dos hematomas sofridos na época.

Com o afastamento da rede de apoio durante o processo, Jéssica foi

Como acessar o Amparar

- » O Projeto Amparar atende vítimas de tentativa de feminicídio e familiares, homicídio, latrocínio, crimes no trânsito com resultado morte e lesão corporal seguida de morte. Para receber o apoio da iniciativa, você deve solicitar atendimento por meio do preenchimento de formulário online.
- » WhatsApp: (61) 99635-6929
- » E-mail: amparar@mpdft.mp.br
- » Endereço: Promotoria de Justiça de Brasília II - MPDFT, SMAS (Setor de Múltiplas Atividades Sul), Trecho 4, Lotes 6/8, Brasília-DF (ao lado do Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes)
- » Horário de funcionamento: segunda a sexta-feira, das 12h às 19h

encaminhada ao Amparar pelo promotor do caso. “Minha família e meus amigos estavam desacreditados. Cansei de me aconselhar, porque eu não conseguia sair do ciclo de violência. Cheguei a pedir para tirar a medida protetiva. Houve um momento em que me vi sozinha e sem forças”, conta. Nesse contexto, foi o Amparar que “segurou sua mão”.

“No primeiro encontro, foram mais de duas horas de conversa. Nunca falei tanto sobre mim. Me deram soluções para vários problemas que nenhum advogado antes tinha conseguido resolver. Com o atendimento psicológico, enfim, reuni forças para sair desse ciclo, porque há um sentimento de culpa grande durante o processo de violência. Ele me faz achar que eu estava destruindo nossa família por denunciá-lo”, acrescenta.

Miriam Pondaag ressalta que, nesses cenários, o amparo institucional passa a exercer um papel decisivo de recomposição de rede. “Quando a rede de apoio pessoal encontra-se fragilizada, o serviço de atendimento terá um papel crucial. É onde essas mulheres vão contar com uma escuta

especializada e suporte para acessar direitos e políticas públicas que ajudem a reconstruir possibilidades de vida restringidas pela violência.”

A cobrança social e a manipulação sobre a presença dos filhos também costumam ser instrumentalizadas pelo autor da violência para manter o controle. Miriam destaca que é preciso desconstruir a ideia de que o rompimento é necessariamente danoso às crianças.

“Há um processo de culpabilização muito nocivo em relação às mães, como se a decisão de se afastar fosse a responsável por destruir a família, quando o que destrói o lar é a própria violência. É preciso compreender que a responsabilização penal do autor não é vingança, e que proteger os filhos muitas vezes significa não os expô-los a um ambiente de violência crônica”, analisa a psicóloga.

Sequelas

Há cinco meses, a reportagem do **Correio** conheceu Luiza durante a inauguração de um Banco Vermelho — mobiliário cuja proposta é conscientizar e mobilizar a comunidade contra a violência de gênero — no Sesi Lab. Pelo rádio, em Águas Claras, ela ouviu sobre o evento e sentiu que precisava estar presente. O combate ao feminicídio é um tema caro a ela, e o Amparar, “um colo de mãe”, como descreve.

Em 2025, a doméstica foi abordada em via pública por um desconhecido que tentou abusá-la. Durante a agressão, ocorrida em Águas Claras, sofreu golpes de faca que comprometeram os movimentos do braço direito. “Passei meses sem conseguir trabalhar, sem renda fixa e com dificuldades para dar prosseguimento ao tratamento de reabilitação”, relata. A inserção no projeto do MPDFT ocorreu após contato do Nuav. O atendimento identificou a vulnerabilidade financeira e garantiu encaminhamentos para assistência social, auxílio para transporte até o hospital de reabilitação e acompanhamento do processo criminal, que resultou na prisão do autor. “O Amparar auxiliou no acesso a recursos para aluguel e alimentação, além de acompanhar as etapas da perícia e do processo”, pontua Luiza.

Apesar das limitações físicas permanentes no braço, que alteraram sua rotina, Luiza destaca o papel da orientação recebida. “O atendimento me deu o direcionamento que eu não tinha até então. Saber para onde ir e quais direitos buscar ajudou a reorganizar a minha vida”.

Reorganização da vida

Enquanto aguarda o julgamento do agressor pelo Tribunal do Júri, Suzana mantém a rotina focada nos estudos e nos filhos. “Aos poucos, consigo retomar atividades simples, como cuidar de mim e planejar o futuro. Voltei a estudar para concursos e a organizar minha rotina sem o estado constante de alerta. Foi um processo de reconquista da autonomia. Dizem até que meu brilho voltou, acredita?”, enfatiza.

A partir da experiência no Amparar, Jéssica idealizou o movimento Brutas, que reúne mulheres em corridas e pedaladas pelo DF. “O suporte do MPDFT foi importante para que eu me sentisse segura. Hoje, também por meio desse incentivo, uso o esporte para mobilizar outras vítimas em torno do combate ao feminicídio e compartilhar informações sobre essa rede de apoio”, afirma.

A todas as mulheres, Jéssica deixa o convite para o evento Correndo e Pedalando contra o Feminicídio, previsto para ocorrer em 20 de setembro no Eixão do Lazer. “Quinze mil se inscreveram”, destaca. Quem desejar participar, pode fazer o cadastro por meio do site www.movimentofeminino.com.br.